

**HABEAS CORPUS Nº 494.455 - RJ (2019/0049691-8)**

**RELATOR** : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ  
**IMPETRANTE** : EDBERTO RODRIGO AFONSO SMITH JUNIOR  
**ADVOGADO** : EDBERTO RODRIGO AFONSO SMITH JÚNIOR -  
RN003828  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE  
JANEIRO  
**PACIENTE** : MÁRIO BARBOSA PAES (PRESO)

**DECISÃO**

**MÁRIO BARBOSA PAES** alega sofrer constrangimento ilegal em decorrência de decisão de Desembargador do **Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro**, que rejeitou liminarmente o habeas corpus lá impetrado.

Aduz a defesa a ocorrência de cerceamento de defesa, por ausência de citação válida, além da nomeação de Defensor Público sem a prévia intimação para a constituição de novo patrono e a não realização de interrogatório.

Busca, liminarmente, a suspensão do andamento do processo.

**Decido.**

O Tribunal de origem, por decisão singular do relator, rejeitou liminarmente o habeas corpus lá impetrado, ao argumento de que se trata de mera reiteração de outro *mandamus*, onde teria sido analisada toda a matéria trazida à discussão neste *writ*.

Ao analisar os autos, verifico que **a inicial do writ não veio acompanhada da cópia do habeas corpus mencionado pelo Tribunal de origem** (Processo n. 72889-54.2017.8.19.0000), o que prejudica a exata compreensão do caso, inviabilizando-se, assim, o exame do alegado constrangimento ilegal.

Além disso, **não houve a interposição de agravo regimental**, de modo a oportunizar o debate do tema pelo respectivo órgão colegiado e posterior impetração da ordem perante esta Corte Superior.

A teor dos julgados desta Corte, é inviável o conhecimento

do habeas corpus, uma vez que a defesa se insurge contra decisão singular de Desembargador do Tribunal de origem, contra a qual seria cabível agravo regimental.

Ilustrativamente: "A provocação recursal da jurisdição de Corte Superior exige o prévio esgotamento da instância *a quo*" (**AgRg no HC 321.098/RS**, Rel. Ministro **Nefi Cordeiro**, 6ª T., DJe 28/5/2015).

Deveras, "o habeas corpus não pode ser utilizado em substituição ao **agravo regimental** cabível na origem. Inadequação da via eleita. Precedentes" (**HC n. 132.351**, Rel. p/ acórdão, Min. **Roberto Barroso**, 1ª T., Dje 18/5/2018).

À vista do exposto, com fulcro no art. 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente** o processamento deste habeas corpus.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 20 de fevereiro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**